

Por quem os sinos dobram na Venezuela e na Argentina

Mauro Santayana

No último dia de maio, o sr. Michel Camdessus, presidente do Fundo Monetário Internacional, voltou a falar na necessidade da "redução" da dívida externa dos países em desenvolvimento, mediante "ajustes", é bem verdade. Quase ao mesmo tempo, em Rosário, na Argentina, o povo começava a invadir os supermercados. Os mortos da Argentina se somam aos mortos venezuelanos. A quem tocará o próximo turno?



É velha a observação de que não é o desespero que faz as revoluções, mas, sim, a esperança. A América Latina se encontra na soleira de seu grande destino histórico: não há, no mundo inteiro, espaço geográfico que ofereça a mesma possibilidade de integração humana do que esta vasta porção de terras que vai de Tijuana, o ponto mais setentrional do México, a Cabo Horn, no extremo sul do continente. Em um mundo que se redeseinha em blocos, a unidade latino-americana é, mais do que desejável, inevitável — a menos que os seus povos prefiram cruzar os braços e aceitar a consolidação do processo de neocolonialismo que avança nos últimos anos.

O sr. Camdessus, que já se mostrara assustado com os acontecimentos da Venezuela, confessou, no seu último pronunciamento, que "todos somos responsáveis pelo passado, e não falemos nisso". Engana-se o sr. Camdessus: se todos somos responsáveis pelo passado, não se incluem nessa totalidade os trabalhadores e os pequenos e médios empreendedores dos países endividados. Falemos nisso, e identifiquemos os culpados. Culpados são os banqueiros, que emprestaram, repassaram e administraram os empréstimo; culpados são os tecnocratas que os contrataram, pensando em seu êxito pessoal e no poder que lhes conferia a administração dos grandes projetos de desenvolvimento (alguns necessários e outros indesejáveis); culpados foram os governos, na maioria controlados pelos militares, que aceitaram as condições draconianas de tais empréstimos; culpados foram muitos dos negociadores, que se arrumaram com generosas comissões.

A partir de 1982, os credores assumiram postura dura contra os países em desenvolvimento. Contaram, para isso, com a ajuda do Fundo Monetário Internacional, que impôs aos devedores medidas fiscais rígidas, cortes brutais nos orçamentos, em prejuízo, sobretudo, dos programas sociais. Em consequência, interrompeu-se o fluxo de capitais do Norte para o Sul e se iniciou rápido processo de sangria da América Latina.

De dezembro de 1982 a dezembro de 1988, os indicadores de solidez dos grandes bancos credores se multiplicaram por dois. Nos últimos quatro anos, os países devedores da América Latina enviaram mais de 100 bilhões de dólares de dinheiro líquido (isto é, a

mais do que receberam, em empréstimos, investimentos e bens importados) aos centros financeiros do Norte. Nesse sacrifício, como é óbvio, a parte maior coube ao nosso povo.

Quando o sr. Tancredo Neves disse que o seu governo não iria pagar a dívida com a fome do povo brasileiro, não usava a retórica, mas anunciava inarredável política de legítima defesa. Segundo sabemos, só no governo do presidente Sarney, o Brasil desembolsou mais de 50 bilhões de dólares no serviço da dívida — e estamos devendo mais do que devíamos antes.

Os Estados Unidos procuram, nestes dias, facilitar os entendimentos entre o México e os seus credores. Temem que, se se repetirem naquele país os fatos de Caracas e Buenos Aires, sua fronteira alamburada não conterà os "chicanos" desesperados. Quanto a nós, sua atitude é outra. Sob o pretexto da ecologia amazônica, o governo Bush interfere abertamente em nossas relações soberanas com outros países, como é o caso do Japão, a fim de impedir a realização de projetos indispensáveis ao nosso desenvolvimento, enquanto nos ameaçam de represálias comerciais, sob argumentos de ocasião.

Todas essas graves questões exigem amadurecida reflexão dos líderes políticos. Estamos chegando ao fim do mais difícil período de nossa história republicana, o que se iniciou com a agonia e a morte de um homem no qual a Nação depositara todas as suas esperanças. As eleições de 15 de novembro, qualquer seja o seu resultado, servirão para consolidar o processo democrático e dar novo ânimo ao povo. Sem prejuízo do indispensável debate eleitoral, com todo o calor que ele implique, devemos encontrar entendimento nacional para a passagem desses seis meses. Se não formos capazes de fazer esse trânsito em paz interna, se não estivermos unidos na defesa de nossa soberania, podemos contar com a intensificação dos ataques contra o País, no caso da Amazônia, e, mais ainda, com atos mais abertos de agressão.

Há quem deseje o golpe militar e há quem anseie pela guerra civil. Uns e outros estão servindo aos nossos competidores externos e desservindo à honra nacional. Nada seria mais vantajoso àqueles que nos querem quebrar as pernas do que a interrupção do processo democrático.

A experiência histórica mostra quem são os provocadores. Eles não se encontram entre os partidos políticos interessados no processo eleitoral. Na verdade, podem ser encontrados entre aqueles que nunca encontraram nas urnas a confiança popular e procuraram estabelecer o seu poder mediante o assassinato das liberdades públicas.

O entendimento se deve fazer em torno de programa de emergência, de que participem empregadores, empregados e autoridades financeiras do governo. Se há aqueles que devem ser sacrificados em nome da paz social, não se encontram entre eles os trabalhadores, principalmente os de menor renda. Não há mais sacrifícios possíveis daqueles que se encontram

na margem da fome. E hora de que os grandes empresários cedam, mesmo que isso signifique pausa nos investimentos, a fim de que se possa chegar ao futuro governo e, com ele, a novas condições de se negociar a dívida externa. Porque, com os sacrifícios que estão sendo impostos para o pagamento deste débito, será quase impossível impedir, a prazo médio, a explosão social.

A democracia, essa plantinha tenra de que falava Mangabeira, tem inimigos internos e externos. Os internos são conhecidos de todos, principalmente dos militares, que sabem identificar o canto das vivandeiras. Os inimigos externos não podem impedir o

nosso crescimento em regime de plenas liberdades, e desejam que nos dessanremos no confronto interno. Desde os mais remotos impérios, a tática é a de dividir os povos, antes de vencê-los e dominá-los.

Nestes anos difíceis, o povo readquiriu a sua confiança e o seu respeito pelas Forças Armadas, cuja serenidade tem sido a garantia do processo de transição. Amadurecidas na reflexão histórica, elas não se deixarão levar pelos provocadores nem pelos saudosistas do AI-5. O que não obtivermos em pleno sistema democrático, jamais será obtido no despotismo.

Mauro Santayana é escritor e jornalista.

Divida Externa GAZETA MERCANTIL * 6 JUN 1989